

p país não fecha para férias nem campanhas



Manuel Reis Campos

Presidente da CPCI – Confederação Portuguesa da Construção e do Imobiliário

Este ano, ao habitual “período de férias”, junta-se o arranque de uma intensa campanha eleitoral, que promete concentrar a atenção mediática em torno das propostas dos diferentes partidos e, uma vez mais, são poucas as expectativas de encontrar, entre centenas de prioridades, de medidas urgentes e de algumas promessas de obras, os tão necessários consensos em torno dos temas estruturantes para o futuro do País.

Com efeito, o que se verifica é o contrário. Os partidos políticos vão encerrar a legislatura sem qualquer avanço em matéria de investimentos estruturantes, nem qualquer base mínima de entendimento em domínios como a conectividade internacional, a sustentabilidade e a própria política de cidades, incluindo a reabilitação urbana e a política da habitação. Estamos longe de uma realidade europeia, em que se sucedem exemplos de entendimentos e pactos políticos em matérias relevantes para o desenvolvimento e para a competitividade.

Não se trata, apenas, desta ausência de compromissos, em que a incapacidade de fazer aprovar o Programa Nacional de Investimentos (PNI 2030) é evidente. O que estamos a assistir, diariamente, é a uma sucessão de intenções como reduzir impostos, melhorar a prestação de cuidados de saúde (incluindo a construção de novos hospitais), ou aumentar do investimento público. É evidente que não está em causa a ambição genuína, por parte dos políticos, em resolver problemas que há muito estão identificados. Mas a verdadeira questão é que, se continua a ignorar o que verdadeiramente importa, ou seja, a criação sustentada de

riqueza e a capacidade de atração de investimento, nacional e estrangeiro, de forma a que se possam encontrar os recursos necessários para cumprir essas ambições.

É preocupante que, para as empresas e para a atividade económica, ou o debate é inconsequente, ou se apresentam propostas de aumento de burocracia e carga fiscal. Veja-se o imobiliário, que se tem revelado uma importante fonte de captação de investimento nacional e estrangeiro, atingindo um total de 30,3 mil milhões de euros no ano passado, permitindo dinamizar muitas outras atividades, como o comércio e o turismo.

Ao invés de se discutirem soluções que permitam manter um posicionamento competitivo favorável e potenciar os efeitos positivos destes investimentos, alargando a reabilitação urbana a todo o território ou criando condições para o aumento da oferta habitacional, o imobiliário está a ser utilizado como arma de arremesso político e na maioria dos casos é visto como fonte de receitas fiscais, situação que gera um impacto negativo sobre a confiança dos investidores.

A economia mundial não fecha para férias, nem fica meses à espera de uma definição estratégica para o País. E o tecido empresarial, em particular as empresas do Setor da Construção e do Imobiliário, que competem cada vez mais à escala global, precisam de estabilidade, e de condições para desempenhar o seu papel de motor do desenvolvimento e do emprego. E, para que serve o debate político senão para garantir maior confiança no futuro?